

+

A

**Abertura da reunião:** dez horas e vinte e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

**Data:** 22 de janeiro de 2016 -----

**Local:** Gabinete do Presidente da Câmara Municipal -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

**Presidente:** João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

**Vereadores:** António Manuel Almeida Rego da Silva

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

José Maria Matos de Carvalho

Luís Miguel Pires de Paiva Cardoso Pinto

**Secretário:** Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social,  
António José da Silva Fernandes

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Resumo diário de tesouraria n.º 14** -----

Saldo devedor em 21 de janeiro de 2016: -----

Documentos ----- € 51.507,67

Dotações Orçamentais ----- € 322.814,64

Dotações não Orçamentais ----- € 198.613,36

**Tribunal Judicial de Armamar** -----

O presidente João Paulo Fonseca fez saber que dirigiu à Ministra da Justiça, pedido de audiência, “para conhecer os seus planos sobre a matéria”. -----

O vereador Luís Pinto recordou a unanimidade da oposição à reforma e afirmou a sua coerência quanto ao assunto. Disse notar-se mudança no discurso, por parte da titular da pasta ministerial, cujo teor revela “maior abertura”. Propôs-se participar na

audiência, para lhe conferir “representação, a mais alargada possível” e salientou a importância de não se deixar confundir a manutenção da prestação dos serviços em função das solicitações existentes, com a não prestação de serviços, devido à indisponibilidade, por encerramento. -----

### **Aproveitamento hidroagrícola de Temilobos (ampliação) – Regadio de Monte Raso -----**

O presidente João Paulo Fonseca comunicou que o estudo prévio obteve parecer favorável, “passando-se agora à fase de elaboração do projeto”. -----

O vereador Luís Pinto considerou estarem “criadas as condições técnicas, para candidatar o projeto, no âmbito do PDR 2020” e fez votos de que “a dança das cadeiras”, decorrente da entrada em funções do novo Governo de Portugal não prejudique o intento. -----

O presidente João Paulo Fonseca elogiou a disponibilidade e o trabalho do diretor da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. -----

### **Diversos -----**

O vereador António Silva, antecipou alguns dados sobre a execução do orçamento para o ano de 2015 e agradeceu o “apoio que tem sido dado na obtenção dos resultados”, permitindo “criar bases para garantir investimentos no futuro”. Anunciou a existência de “propostas para a reorganização da dívida” e solicitou a anuência para prosseguir com o procedimento pré-contratual, porque “tudo indica que se poderão obter poupanças significativas”. Imediatamente, pelo presidente João Paulo Fonseca, viu ser-lhe dado, nesse sentido, o apoio. -----

Proseguiu, com a exposição, cujo teor se transcreve: -----

“Em Outubro passado em reunião de executivo, alertei para os factos que se estavam a passar no interior e exterior do Município. Falei em pressões externas e internas, em



lobbies, em denominações com que me apelidavam, em responsabilidades que me imputavam e à falta de respeito com que nos tratavam, dando a entender que somos um executivo sem experiência e sem rumo, o que contestei veemente, dado que existem factos que provam o contrário, apesar de não estarmos livres de se tomarem decisões que se podem vir a verificar menos acertadas. -----

Na altura, sei que pareceu a todos eu estar a insinuar factos, sem prova concreta. Infelizmente o tempo tem vindo a dar-me razão. -----

Senão vejamos alguns exemplos: -----

1.º Alertei para o facto de a RESUR me parecer não estar a cumprir o contrato de recolha de lixos, do que resulta do caderno de encargos, mas que o Município também não pagava a tempo e horas, mas que esta comparação era como “o presunto e porco”. Sugeri que se pedisse uma opinião ao consultor jurídico e se solicitasse uma reunião com os representantes da RESUR. -----

O Dr. Gilberto Rocha informou verbalmente que o incumprimento se verificava, pelas informações por nós prestadas e pelos dados existentes. Pelo que sei, o Sr. Presidente informou verbalmente um dos sócios da empresa do que se estava a passar. Eu pessoalmente recebi um telefonema de uma colaboradora da RESUR para saber o que se estava a passar, ao qual eu respondi que no meu entender este assunto só poderia ser tratado com os administradores da RESUR, por me parecer um assunto sensível. ----

Até esta data e passados dois meses, nada foi resolvido, com custos e prejuízos para o Município e Municípes no meu entender. No que respeita à resolução do pagamento das faturas em atraso, vejam o e-mail que junto com o n.º1 e a resposta dada. Presumo que como estou a ser incómodo, não querem dialogar com a minha pessoa, ou que tudo continue na mesma, para que possa haver certas justificações. Alguém com responsabilidades passadas e “ presentes” me disse que ninguém ligava nada ao que eu

dizia, que só estava a perder o meu tempo. Parece que o tempo lhe está a dar razão neste assunto e em outros. -----

A partir desta data, a minha responsabilidade na resolução deste assunto termina. -----

2.º Alertei também para o facto de no centro escolar existirem vários problemas e que a resolução dos mesmos vinham sendo adiados, com justificações pouco plausíveis, no meu entender. A empresa ASCOP, do mesmo grupo da RESUR, tem conhecimento do assunto, conforme documento n.º2 que junto, e até esta data nada foi feito. Será que nas férias do Natal alguns dos problemas não poderiam ser colmatados? Sei que o Sr. Arquitecto e a meu pedido informou o representante da ASCOP para que com urgência resolvessem os assuntos pendentes. Mais uma vez se prova qual o respeito que têm por este Município e pelo seu vereador. Mais alerta que a garantia da obra está para terminar, segundo informação obtida junto da DGUA. -----

A partir desta data, a minha responsabilidade neste assunto também termina. -----

3.º Como é sabido por todos e até porque já fomos questionados em Assembleia Municipal por um dos senhores deputados, sobre o valor global da obra, que ultrapassou o valor que vinha sendo informado. -----

O investimento da zona Ribeirinha da Folgosa foi efetuado pela empresa Floponor, do mesmo grupo das empresas atrás focadas. Não pondo em causa o valor excedente, que só tive conhecimento aquando da apresentação da fatura, espero que daí não resultem mais encargos e que a obra esteja em definitivo fechada conforme me foi transmitido. ---  
Isto para dizer que perante os factos descritos, que se encontram provados, a relação de confiança com este grupo, no presente e futuro está claramente comprometida e existe a obrigação de resolver com extrema urgência estes assuntos pendentes. Fomos eleitos para defender os interesses desta Autarquia e seus Municípes, não para compactuar com estes desleixos e desconsiderações Institucionais. Um dos



representantes deste grupo já estive no Município pelo menos uma vez, para não falar nas vezes que vêm ao nosso concelho e não fizeram a mínima questão de abordar o assunto. -----

4.º Senhor Presidente, sei o empenho, o esforço e até a desilusão que tem tido na luta para receber os tão proclamados 200 mil euros das Estradas de Portugal pela obra da Folgosa, dos quais nunca foi feito qualquer protocolo como sempre defendi. Já ouvi várias versões. Apenas quero que fique esclarecido se realmente os “Homens de Palavra” vão honrar o comprometido, depois de passados tantos meses e sem solução à vista. A verdade não será que mais uma vez alguém foi enganado? -----

Ainda me apelidam de “desconfiado”!!! Se o sou tenho razões para tal, dado que o acordo de transferências com o Ministério da Educação em 2008 me deixou sempre em alerta. Alguém se lembra do que aconteceu? -----

E para que não possamos cair noutra vez no mesmo erro, devemos elaborar por escrito o acordo com a EDP, pela passagem das linhas de alta tensão, do qual ainda não foi paga a primeira tranche. Como o Sr. Presidente sabe, já fomos denominados de “burros”, sim denominados de “burros”, por ainda não termos “querido receber”. Como se isso fosse verdade!!! Mas qual será a verdade? Porque não existe disponibilidade para o receber? Mais um que se reformou e tudo parou? -----

5.º Parceria Pública ou Privada. Como é conhecimento do Sr. Presidente e da Sr.ª Vereadora por vezes quando se fala de algumas decisões tomadas e de que assumo pela minha parte a responsabilidade inerente, apontam-nos o dedo de que fazíamos parte de anteriores executivos e que somos responsáveis. Nada a dizer, apenas que assiste-nos o direito de nos sentir incomodados por não ter conhecimento de algumas situações, posteriores a essa mesma decisão. Que confiança nós merecíamos. Mas mesmo assim nunca ninguém deixou de assumir e arcar com as consequências. -----

Para dizer que até ao ano anterior, apenas servimos (os três) para aprovar a constituição da PPP e nomear o nosso representante, que findo o primeiro mandato foi reconduzido sem que existisse o procedimento adequado, no meu entender. No início deste mandato o Sr. Presidente pôs o assunto em análise e foi votado favoravelmente. Nada a dizer. -----

No ano anterior, pela primeira vez as contas da PPP foram apresentadas pelo Sr. Presidente e entregue as mesmas a todo o executivo, pelo qual enderecei os meus parabéns. -----

Mesmo já aprovadas, analisei as mesmas, as quais achei claras e com muitas notas explicativas, menos numa rubrica, que espero ver clarificada nas próximas contas. Não seria melhor a Administração apresentar as contas a todo o executivo e dar os esclarecimentos que se acham por necessários? -----

Mas onde pretendo chegar? É que vai ser elaborado o orçamento para 2016, e salvo melhor opinião devíamos ser ouvidos, não devemos apenas servir para tomar conhecimento ou votar e assumir responsabilidades *à posteriori*. -----

Penso que é da responsabilidade da PPP fazer a manutenção dos equipamentos, conforme cláusula oitava do contrato-promessa de arrendamento, que não se encontra assinado e desconheço se o foi!!! (documento n.º 4.) Já entreguei ao Sr. Presidente relatório das necessidades existentes no armazém municipal, e que pensam devem figurar no próximo orçamento, conforme documento n.º 3. Depois que não nos queira atribuir responsabilidades que desconhecemos e nas quais não fomos abordados. -----

Concluindo. -----

Tenha consciência que já era um “alvo a abater”, mas a partir desta data ainda mais, com os riscos inerentes, porque me estou a tornar muito incómodo para “certas e determinadas pessoas”. Como é óbvio não me estou a referir ao Executivo. Não me

admira que no futuro possa ter a minha vida mais dificultada, hajam pequenas surpresas, novas denominações, pressões para ser demitido e ou que possam acontecer alguns incidentes/acidentes de percurso. -----

Mas não tenho medo, porque e repito foi para isso que recebemos a confiança dos Armamarenses. Só me mantereí nestas funções enquanto o puder fazer livremente e com convicções próprias. -----

Obrigado ao Sr. Presidente e colegas pela confiança até hoje demonstrada em relação ao desempenho das minhas funções, que tento fazer com a maior seriedade, empenho e firmeza.” Terminou, solicitando a marcação de reunião do Conselho Coordenador da Avaliação, para tratar dos assuntos pendentes, relacionados com a avaliação do desempenho do biénio 2013/2014. -----

O presidente João Paulo Fonseca disse não ter “dúvidas sobre a lealdade, nem sobre a confiança pessoal e política” (no que concerne ao vereador António Silva). Declinou a menção ao agrupamento das empresas, porque se trata de adjudicações distintas e chamou a si os processos, depois de dar “toda a razão” à denúncia sobre incumprimentos de cláusulas dos contratos e ao atraso no tratamento das patologias dos edifícios. Reconheceu a correção do montante do investimento, feito na zona ribeirinha de Folgosa e colocou reservas quanto à concretização do apoio das Estradas de Portugal, S. A., porque o alegado compromisso não foi formalizado. Sobre as contrapartidas pelo impacto da Linha Foz Tua – Armamar, “falta celebrar o protocolo” com a EDP, estando “convicto que se resolverá a nosso contento”, acrescentou. Concluiu, confirmando que as contas da Armamar Viva, S. A “podem e devem ser apresentadas e discutidas com a câmara municipal”. -----

O vereador Luís Pinto disse ser “muito sensível a este tipo de matérias”, devido a responsabilidades profissionais, relacionadas com a execução de contratos idênticos. ----

Desenvolveu elementos essenciais para garantir a salvaguarda dos interesses da autarquia local, destacando o papel dos gestores de processo (entenda-se, os técnicos), porque cabe-lhes reagir em primeira instância às distorções ao contrato, propondo a adoção de medidas adequadas para corrigir os defeitos. Depois, focou-se na importância dos decisores, os políticos, censurando aqueles que “desautorizam o corpo técnico e jurídico, suavizando e permitindo o acumular de problemas”. Quanto aos casos concretos, entende que o “vereador deve questionar-se sobre o que está a fazer”, porque só tem “dois caminhos, a entrega dos pelouros ou a coragem e a frontalidade” de confrontar a realidade. “Espero que dentro do possível, os problemas se resolvam”, mantendo o vereador António Silva a plenitude das suas funções, rematou. -----

**POEMAR** -----

A vereadora Cláudia Damião apresentou o projeto, destinado a promover os vultos literários do concelho de Armamar, através da musicalização de partes das respetivas obras, por talentos locais. -----

**ORDEM DO DIA**

**Ata da reunião ordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015** -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

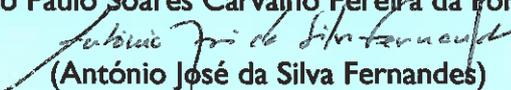
**Encerramento da reunião** -----

**Forma de votação** -----

I- Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

  
(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)

  
(António José da Silva Fernandes)